

O INTERESSE TEÓRICO E O INTERESSE PRÁTICO DA IDÉIA KANTIANA DE HISTÓRIA COMO PROGRESSO

João Tescaro Júnior¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender os interesses teórico e prático da ideia kantiana de história como progresso. Nesse passo, pretende-se examinar como o interesse teórico da razão relaciona-se com a filosofia da história de Kant e em que medida ele diferencia-se do interesse teórico referente ao conhecimento objetivo, ao assumir a forma de ideias heurístico-regulativas. Contra aqueles que não admitem o interesse teórico na filosofia da história de Kant, pretende-se defender não somente a sua ocorrência, mas também a sua necessidade quando se tem em vista os horizontes do interesse prático da ideia de progresso histórico. Com isso, passa-se a estudar a convergência dos interesses prático e teórico na ideia kantiana de história e como Kant investiga os elementos fáticos da história à procura de motores empíricos para guiar o progresso humano.

Palavras-chave: Kant – filosofia da história – interesse teórico – interesse prático – progresso.

Introdução

A filosofia da história kantiana pode ser compreendida de duas maneiras completamente distintas e autônomas, segundo Wood: (a) entendida como interesse teórico da razão, por ela há a necessidade de buscar a sistematicidade e inteligibilidade racional nas ações arbitrárias, nos fatos contingentes e na variedade de acontecimentos históricos, os quais adquirem um sentido histórico-teleológico compreensível que aponta para um fim último da espécie humana – o desenvolvimento completo e final das suas predisposições naturais; (b) compreendida como interesse prático da razão, nela os seres humanos são considerados fins em si mesmos e, por conseguinte, moralmente responsáveis pela construção e realização de uma ordem política pacífica e justa que, ao proteger a sua liberdade externa, garante o pleno desenvolvimento de todas as suas disposições racionais².

Embora seja possível compreender estas duas perspectivas separadamente, ainda conforme Wood, o interesse teórico e o interesse prático da filosofia da história de Kant parecem necessariamente vinculados e convergentes, pois, à medida que a compreensibilidade

1 Mestrando em filosofia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: jtescarojr@gmail.com

2 WOOD. “Kant’s philosophy of history” IN: KLEINGELD (org.) *“Toward perpetual peace” and other writings on politics, peace, and history*. pp. 244, 254 e 255

histórica dota as ações humanas de racionalidade, mostrando a possibilidade de projetá-las e direcioná-las, abre-se caminho para esperanças e objetivos morais como o esclarecimento, o progresso moral e a paz perpétua³.

Diante destas afirmações de Wood, objetivamos mostrar em que medida a ideia kantiana de progresso histórico pode ser compreendida como interesse teórico da razão ao relacionar-se a primeira crítica de Kant com os seus escritos sobre filosofia da história, de que forma pode ser entendida a convergência entre os interesses teórico e prático quando se tem em vista a relação entre estes escritos e, também, quais as implicações desta perspectiva na filosofia prática de Kant.

1. O interesse teórico da ideia kantiana de progresso histórico

Apesar de Kant não ter sido um historiador no sentido acadêmico do termo, não se acredita que, como homem erudito que foi, desconhecesse a história universal, tampouco a sua importância como saber organizado cientificamente (*Historie*)⁴. Não obstante isso, o seu intuito com a elaboração de uma filosofia da história não foi promover uma análise científica da história empiricamente constituída. A sua ideia de uma história do mundo (*Weltgeschichte*) foi descobrir um *propósito da natureza* e encontrar um fio condutor *a priori* (*Leitfaden*) que indicasse como deveria ser a trajetória da história humana se ela fosse adequada a determinados objetivos racionais⁵. É sabido que a filosofia da história e política de Kant sofreu a influência dos fenômenos sociais, políticos e morais do século XVIII, do idealismo iluminista vigente em sua época e da sua rígida formação religiosa pietista⁶. Todavia, todos esses fatores, na medida do possível, devem ser abstraídos para fazer destacar a história como objeto filosófico, pois, na ótica kantiana, somente a filosofia tem a aptidão para compor num todo o conhecimento enciclopédico dos historiadores e estabelecer as diretrizes normativas para a sua organização sistemática final⁷.

Na *Ideia de uma história universal* Kant apresenta a história da humanidade como um acervo de fatos humanos contingentes, desconexos, irregulares e, muitas vezes, indecifráveis que impedem o filósofo de pressupor qualquer “propósito racional próprio”, restando-lhe apenas,

3 WOOD. “Kant’s philosophy of history”, p. 244

4 Nesse sentido ver: KANT, *Sobre el uso de principios teleológicos en la filosofía*, pp. 10-11.

5 KANT. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 4, 20 e 22

6 Para uma visão geral a respeito das influências históricas de Kant: DELGADO. “Cosmopolitismo e os dilemas do humanismo: as relações internacionais de Al-Farabi a Kant” IN: OLIVEIRA (org.). *Configuração dos humanismos e relações internacionais*, pp. 24-25

7 HAMM. “Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história de Kant” p. 73

mediante a observação das suas linhas gerais, a possibilidade de descobrir nela um curso regular que indique um “propósito da natureza” para seres que transitam sem um plano próprio⁸. Kant reconhece que a história humana apresenta um curso absurdo e confuso de acontecimentos e aparenta mais um teatro de horrores e paixões destituído de qualquer sentido do que um reflexo adequado daquele tipo ordenação mecânica supostamente expressa na *physis*. Porém, ele se questiona se apesar disso não seria possível encontrar nela um sentido, não na história particular de indivíduos ou povos, mas na história da humanidade como um todo⁹.

Com efeito, Kant afirma que é possível apresentar filosoficamente como um “sistema” aquilo que de outra forma seria tomado como um “agregado” desordenado das ações humanas¹⁰. Ora, se Kant considera viável expor a história da humanidade de maneira sistemática, de modo a possibilitar o descobrimento de um propósito da natureza orientador da aparente desordem histórica, surge-lhe a necessidade de encontrar o *Leitfaden*, segundo o qual a multiplicidade desordenada das ações humanas ganha unidade sistemática. No entanto, já no início da *Ideia*, Kant alerta que, para que se possa descobrir o curso regular das ações humanas, é preciso abandonar a perspectiva da individualidade dos sujeitos ou grupos, que se mostra caótica e irregular, para reconhecer somente na totalidade da espécie humana a existência de um propósito da natureza (*Naturabsicht*), guiado por um fio condutor racional, que a impulsiona ao desenvolvimento constantemente progressivo das suas disposições naturais originais¹¹.

Contudo, antes de se investigar a natureza do fio condutor transcendental da história humana, faz-se necessário esclarecer que a proposta kantiana de unidade sistemática da filosofia da história não corresponde à unidade sintética do conhecimento teórico da natureza, porque, enquanto esta admite apenas o uso constitutivo dos princípios transcendentais – ou seja, remete às formas *a priori* do entendimento cujo uso legítimo é exclusivamente imanente –, aquela é ancorada no uso heurístico e regulativo dos conceitos da razão (ideias transcendentais), os quais não indicam como são constituídos os objetos da natureza, tampouco encontram objetos sensíveis que lhes correspondam, mas se apresentam como ideias reguladoras do conhecimento empírico, informando como, sob sua direção, se deve *procurar* a constituição e a relação dos objetos da experiência em geral¹².

As ideias transcendentais da razão não podem ser constitutivamente usadas, uma vez que, se assim fossem, seriam ilusórias, destituídas de fundamento e consideradas somente conceitos sofisticos. No entanto, elas impulsionam e exercitam o entendimento para além da

8 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 3-4

9 HÖFFE. *Immanuel Kant*, p. 272

10 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 20

11 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 3-4

12 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 317 e 551

experiência dada – “a razão [...] não conhece nenhum limite para seu projetos”¹³ –, apresentando um excelente uso regulador que, apesar de transcender toda a experiência possível, direciona teleologicamente o entendimento e proporciona a este maior unidade e extensão. Nesse passo, a idéia de uma unidade sistemática apresenta-se de forma *problemática* e *projetada*, porque é usada de modo hipotético pela razão para *aproximar* os conhecimentos particulares do princípio da universalidade e, assim, “encontrar um princípio para o diverso e para o uso particular do entendimento e [...] guiar esse uso e colocá-lo em conexão também com os casos que não são dados”¹⁴. Por ela, não se amplia o conhecimento para além da experiência possível, mas se tem na unidade sistemática do conhecimento da natureza o fio condutor para o uso empírico da razão e para aproximar a unidade empírica do seu grau mais elevado possível. Dessa maneira, ela torna-se um princípio regulador do conhecimento empírico usado para auxiliar e consolidar até o infinito o uso empírico da razão, mostrando-lhe novos horizontes que, embora sejam desconhecidos do entendimento, não contradizem as leis do uso empírico¹⁵. Ela é apenas um objeto problematicamente pensado como esclarece o próprio Kant:

Os conceitos da razão, como já foi dito, são meras ideias e não têm, evidentemente, objecto algum em qualquer experiência, mas não designam por isso objectos imaginados e ao mesmo tempo admitidos como possível. São pensados de modo meramente problemático, para fundar em relação a eles (como ficções heurísticas) princípios reguladores do uso sistemático do entendimento no campo da experiência¹⁶.

Acrescente-se que a ideia de unidade sistemática tem um carácter analógico pelo qual ela não pode ser tomada como uma coisa real em si mesma, mas tão somente como um análogo de coisas reais que serve de fundamento problemático da realidade¹⁷ “a fim de considerarmos toda a ligação das coisas do mundo sensível *como se* tivessem fundamento nesse ser de razão”¹⁸. Então, percebe-se que a razão no seu uso hipotético-regulativo não tem a pretensão de “conhecer” ou “demonstrar” a unidade sistemática do conhecimento, não obstante a sua natureza aspire ao incondicionado e, por isso, busque constantemente a

13 KANT. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 5

14 KANT. *Crítica da razão pura*, pp. 317 e 536

15 KANT. *Crítica da razão pura*, pp. 534-536 e 553-557

16 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 616

17 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 553

18 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 557

totalidade do conhecimento¹⁹. Ela apenas a pressupõe como se a diversidade das séries empíricas formasse uma totalidade unitária e sistemática e fosse possível conhecê-la e, assim, proceder a explicação dos fenômenos empíricos (no regresso e no progresso)²⁰.

Desse modo, pelo menos da forma como é fundamentada no escrito de 1784, a ideia de uma história humana parece compor aquele particular domínio da razão, do qual fala Kant no *Prefácio da Primeira Edição da Crítica da Razão Pura*, que, apesar de sempre invocar questões que lhe são naturalmente inevitáveis, não pode dar-lhes respostas porque excedem totalmente a sua capacidade cognitiva²¹. Ela não pode ser conhecida no sentido gnosiológico kantiano – porque o conhecimento legítimo admite somente o uso imanente dos conceitos puros da razão²² –, mas meramente pensada de forma construtiva quando se refere ao seu começo e de modo projetado quando se tem em perspectiva o seu fim. Certamente, não se pode considerá-la um conhecimento *stricto sensu* (conhecimento teórico da natureza), mas somente uma ideia pressuposta aprioristicamente com o objetivo de proporcionar unidade sistemática e compreensibilidade ao agregado desordenado das ações humanas.

Portanto, cumpre ao filósofo historiador encontrar o fio condutor transcendental, ou seja, projetar de maneira *a priori* a história da humanidade *como se* ela fosse um todo inteligível ordenado de modo sistemático, pelo qual o curso contingente dos fatos humanos possa ser racionalmente compreendido *como se* fosse arranjado de acordo com um fim. Em vista disso, Kant apresenta um método histórico-filosófico para compreender *por que* os fatos passados aconteceram do modo como aconteceram e, mais relevante ainda, para poder “prever”, de certa maneira, os acontecimentos futuros, o que remete diretamente à ideia de progresso (desenvolvimento) teleológico da humanidade. Não o progresso de indivíduos ou grupo de indivíduos particularmente considerados, mas o progresso de toda a espécie humana²³.

Nessa esteira, já se pode expor um problema caro que tem causado dissensão entre os intérpretes de Kant, quando estes procuram entender a natureza da concepção de progresso histórico, apresentada por Kant em sua filosofia da história, sobre a qual se tratará mais detidamente em outro trabalho. Alguns estudiosos de Kant tendem à compreensão de que a ideia de história como progresso não comporta um interesse teórico, já que isso implicaria em considerá-la um conhecimento teórico da natureza e, ainda, reconhecer a existência de elementos dogmáticos metafísicos no pensamento kantiano pós-critico. É por isso que Höffe, provavelmente, opte por reconhecer a filosofia da história somente como uma extensão da filosofia prática e a afirmar que nem ela tampouco a filosofia da religião “estendem o campo

19 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 535

20 KANT. *Crítica da razão pura*, pp. 559-569

21 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 3

22 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 36

23 HAMM. “Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história de Kant”, p. 75

do conhecimento; seus objetos não têm nenhuma realidade objetiva, mas uma realidade prática”²⁴. Realmente, já na introdução da *Ideia*, Kant apresenta a sua ideia de história como progresso, baseada numa teleologia natural, mediante a utilização de termos e exemplos²⁵ que parecem submeter as ações humanas ao determinismo das leis da natureza, o que inadvertidamente elevaria ao *status* de conhecimento objetivo algo que não pode ser conhecido, uma vez que o próprio Kant afirma que os homens seguem sem perceber o propósito da natureza que lhes é desconhecido²⁶.

No entanto, de acordo com a filosofia de Kant, a ideia de história como progresso não somente apresenta um interesse teórico, porém, mais que isso, parece considerá-lo uma de suas vigas-mestras, uma vez que a *Ideia*, até a sua oitava proposição, apresenta apenas justificações de natureza teórica, de modo a projetar um sistema puramente teórico para dotar de sentido o emaranhado fático da história humana, para, então, na sua nona e última proposição, manifestar considerações prático-morais. Com isso, Kant procura direcionar a história, já compreendida de forma teórica, para o encontro da razão prática, de maneira a harmonizar o conhecimento teórico da história com as esperanças e objetivos morais da humanidade.

Na ótica da crítica kantiana, isso é plenamente justificável porque sem o desenvolvimento da perspectiva teórica da história humana numa unidade sistemática de sentido, não seria possível tornar legítimas as expectativas prático-morais fundadas nos fins históricos, pois, certamente, procurar fundamentar a filosofia da história em esperanças puramente práticas e, ao mesmo tempo, estas na filosofia da história geraria um raciocínio circular (*petitio principii*) inaceitável no interior do espírito crítico da filosofia kantiana. Assim, somente diante de uma compreensão teórica da história é que se pode sustentar crenças sobre a história e, por conseguinte, justificações práticas dessas crenças²⁷.

Por outro lado, na ausência de uma fundamentação teórica da filosofia da história, seria impossível atribuir inteligibilidade à história dos homens e, dessa maneira, “antever” um futuro que, segundo Kant, oferece uma “perspectiva consoladora” para a humanidade²⁸. Sem ela, os

24 HÖFFE. *Immanuel Kant*, p. 270

25 De fato, na abertura da *Ideia* Kant usa expressões e analogias que parecem conectar a esfera do agir humano ao conhecimento objetivo que regula o determinismo da natureza, tais como “leis naturais universais”, “propósito da natureza”, “disposições naturais [...] conforme um fim”, “doutrina teleológica da natureza”, “as estáticas anuais [...] demonstram [que] os casamentos, os nascimentos [...] e a morte [...] acontecem de acordo com leis naturais constantes”. KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 3 e 5.

26 Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, p. 4

27 Cf. WOOD. “Kant’s philosophy of history” p. 245-247

28 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 21

fatos empíricos que se apresentam como um “agregado sem plano”²⁹ continuariam destituídos de qualquer propósito ou sistematização racional e, assim, o curso da história permaneceria um conjunto “entretecido de tolice, capricho pueril, [...] maldade infantil” e “absurdo”³⁰. À pergunta “O que me é dado esperar?” não haveria qualquer resposta racional, não pelo fato de que o horizonte dos fins históricos é pressuposto e desconhecido, mas por que ela seria despida de sentido. Ou seja, a história compreendida teoricamente mostra-se como uma unidade de sentido, permitindo aos seres humanos representarem para si mesmos o seu próprio futuro, conforme o *Leitfaden* oferecido pela natureza, e, desse modo, segundo Herrero:

o homem pode ver não apenas sua ação com sentido a todo momento, mas também o decorrer da história em unidade com pleno sentido, porque o fim da história não é só um dever, mas a ação correspondente a esse dever pode ser vista como se dirigindo de fato para esse fim³¹.

Nesse cenário, a concepção kantiana de natureza não se refere à predeterminação das ações humanas, como se elas fossem estritamente vinculadas às leis empíricas universais, mas expressa alternativas e possibilidades, pelas quais os homens podem ou não efetivar a sua destinação, podem ou não realizar seus projetos, podem ou não desenvolver completamente suas disposições naturais, podem ou não se tornar *cultivados, civilizados e moralizados*³². Ela não traz subjacente uma pretensão de verdade indicadora de um determinado fim da humanidade, mas somente a perspectiva do *como se*, acima já mencionada, que faz com que tudo o que se apresenta mais ou menos na forma de um conhecimento teórico adquira um caráter hipotético e um sentido heurístico-regulativo, absolvendo-lhe da acusação de dogmatismo ou de ser um tipo de conhecimento científico das leis naturais da história³³. Ademais, Wood adverte a respeito da utilidade da ideia de teleologia natural, a qual não deve ser compreendida de forma dogmática, mas heurísticamente como algo que também proporciona um ganho cognitivo aos seres humanos, na medida em que os impulsiona para além do dado empírico:

A justificativa para essa suposição é que temos tudo a ganhar ao assumir a interligação teleológica máxima em seres organizados, uma vez que ela nos guiará em direção à descoberta de qualquer teleologia lá presente, ao passo que

²⁹ KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 20

³⁰ KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 4

³¹ HERRERO. *Religião e história em Kant*. São Paulo, p. 143

³² Cf. KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 16

³³ Cf. TERRA. *A política tensa: idéia e realidade na filosofia da história de Kant*, p. 159

a ausência de teleologia representa apenas um limite empírico para a inteligibilidade de um organismo para nós, de modo que não obtemos ganho cognitivo se nos contentarmos com a ausência de teleologia³⁴.

Todavia, qual é o mecanismo da natureza usado para dar unidade sistemática à diversidade caótica dos fatos humanos? Qual é o fio condutor que torna possível compreender o curso da história humana *como se* ele fosse um todo organizado e projetado conforme um fim? Segundo Kant, mediante a “*observação* [...] do jogo da liberdade da vontade humana” (grifo meu), é possível encontrar o fio condutor da história que mostre o “desenvolvimento continuamente progressivo” das “disposições originais” dos homens³⁵. Isto é, Kant procura descobrir um dado empírico comum a todos os homens que torne factível guiá-los historicamente até o pleno e derradeiro desenvolvimento das suas predisposições naturais. Diante disso, na quarta proposição da *Ideia*, Kant apresenta o antagonismo da “insociável sociabilidade”³⁶ como uma particular característica psicológica dos homens que os conduz inconscientemente ao desenvolvimento completo e final de todas as suas disposições naturais.

A insociável sociabilidade é um dado antropológico que representa o antagonismo inerente à natureza humana, o qual, por um lado, inclina o indivíduo a se associar, fazendo-o sentir-se mais desenvolvido nesse estado associativo e, por outro, provoca uma vigorosa propensão à dissociação e ao isolamento derivada da sua tendência egoísta de convergir tudo para si mesmo e, assim, opor-se a todos os outros homens³⁷. Essa discórdia é o móbil da natureza que desperta os homens da sua indolência, da sua concórdia estéril, do seu contentamento ocioso, para lançá-los “na vaidade que produz a inveja competitiva” e no “sempre insatisfeito desejo de ter e também de dominar”³⁸. Por meio dela, inicia-se o processo de elevação do homem da rudeza à cultura, o desenvolvimento de todos os talentos humanos, a formação do gosto e a instituição de um modo de pensar que, pautado pelo progressivo esclarecimento, “pode transformar, com o tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido *patologicamente* para uma sociedade em um todo *moral*”³⁹.

34 “The rationale for this assumption is that we have everything to gain by assuming maximal teleological interconnection in organized beings, since this will guide us toward discovering whatever teleology is present there, and the absence of teleology represents only an empirical limit to the intelligibility of the organism for us, so that there is no cognitive gain to us over being satisfied that teleology is absent”. WOOD. “Kant’s philosophy of history” p. 248 (tradução livre)

35 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 3

36 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 8

37 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 8

38 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 9

39 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 9

A resistência derivada da insociável sociabilidade é o motor que coloca os homens em movimento e em direção a um objetivo mais amplo do que aquele intentado pelos indivíduos ou grupo de indivíduos particularizados, o que remete essa ideia para as duas primeiras proposições da *Ideia*, as quais indicam que o desenvolvimento completo das disposições naturais dos homens – ao contrário das outras criaturas que habitam a Terra – somente pode ser alcançado na espécie humana como um todo e não no indivíduo. De fato, o desenvolvimento das disposições naturais dos animais destituídos de razão ocorre plenamente em cada indivíduo em si considerado, ao passo que na espécie humana a razão “não atua sozinha de maneira instintiva mas, ao contrário, necessita de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir aos poucos de um grau de inteligência (*Einsicht*) a outro” e somente se efetiva em “uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes”⁴⁰.

A insociável sociabilidade gera nos homens três apetências em si nada agradáveis – os desejos de honra, dominação e cobiça – que, à primeira vista, parecem somente impelir cada qual a buscar a sua superioridade sobre todos os outros e ao isolamento egoístico, mas que, efetivamente, trazem em si o germe da vida em sociedade, uma vez que a sua satisfação depende necessariamente da difícil proximidade a outros homens⁴¹ ou, nas palavras de Kant, leva o homem “a proporcionar-se uma posição entre companheiros que ele não *atura* mas dos quais não pode *prescindir*”⁴².

2. A convergência dos interesses teórico e prático na ideia kantiana de progresso histórico

Embora o antagonismo social tenha a função inicial de impulsionar os homens ao desenvolvimento completo de todas as suas disposições naturais, a sua força, como princípio regulativo inserto da ideia de progresso histórico, seria invalidada se não levasse o homem “a agir no mundo histórico das responsabilidades e decisões”⁴³. Ou seja, se por meio dele não surgissem também os remédios para os seus próprios males (desejos de honra, dominação e cobiça) na forma de um *dever* de instituir uma ordem social regulada por leis⁴⁴ ou, como distingue Kant na quinta proposição, na figura de “uma sociedade civil *que administre universalmente o direito*”, pois Kant entende que somente dentro de uma sociedade reguladora da

40 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 5-6

41 Cf. KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 8-9

42 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 8

43 WEIL. *Problemas kantianos*, pp. 126-127.

44 Cf. KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 8 e 10.

liberdade externa dos indivíduos, mediante uma “*constituição civil* perfeitamente *justa*”, é que a espécie humana pode desenvolver todas as suas disposições⁴⁵ até

àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao seu propósito. E este momento precisa ser, ao menos na ideia dos homens, o objetivo de seus esforços, pois senão as disposições naturais em grande parte teriam de ser vistas como inúteis e sem finalidade – *o que aboliria todos os princípios práticos*⁴⁶.

Nessa passagem, tem-se clara a convergência do interesse teórico e do interesse prático expressos na ideia de história como progresso, pois sem o princípio regulativo indicador de um “propósito” para o “desenvolvimento” das “disposições naturais” da espécie humana e, acrescentando-se, dentro de uma “sociedade civil” organizada por uma “constituição civil perfeitamente justa”, o homem não poderia atribuir sentido às suas próprias ações e jamais reconhecer a existência de uma unidade sistemática no “agregado sem plano” do curso histórico, o que acarretaria a extinção das esperanças e objetivos práticos da humanidade, dentre os quais o dever moral de construir e efetivar uma ordem política pacífica e justa que não significa outra coisa, senão, desejar o bem de toda a espécie humana, conforme o esclarecimento dado por Weil:

Isso significa que o homem, na qualidade de ser razoável e que pensa a totalidade, é moralmente obrigado a fazer do fim da natureza seu próprio fim – que ele é obrigado a colaborar para a criação de uma sociedade e de um Estado, em outros termos, a querer o bem da humanidade neste mundo⁴⁷.

Portanto, conforme colocado na *Ideia*, o interesse prático, inserto na ideia de história como progresso, é manifesto no dever que os seres humanos têm de instituir e efetivar uma ordem de justiça e paz⁴⁸ até que aquela sociedade organizada e regida por um “acordo [inicial] extorquido *patologicamente*” seja – mediante a instituição de um modo pensar que promova o desenvolvimento completo de todas as disposições humanas até o grau adequado ao seu

45 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 10.

46 KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 6 (grifos meus).

47 WEIL. *Problemas kantianos*, pp. 111-112.

48 Na introdução à segunda seção do opúsculo *A paz perpétua*, Kant afirma categoricamente que é dever dos homens instaurar a paz duradoura. KANT. “A paz perpétua” In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. p. 159

propósito – transformada em um “todo *moral*”⁴⁹, proporcionando à espécie humana uma “perspectiva consoladora” de efetivação futura da sua destinação moral neste mesmo mundo, e não em outro⁵⁰, não obstante Kant cuidadosamente reconheça que esta empreitada só poderá ocorrer tardiamente após inúmeras tentativas frustradas e que falta muito ainda para a espécie humana considerar-se moralizada⁵¹.

Contudo, um problema bastante relevante, que permeia tanto o interesse teórico quanto o interesse prático (da ideia de história como progresso) relativos à instauração de uma ordem justa e pacífica perfeita e, também, à ideia da conversão da convivência humana constrangida em uma sociedade integralmente moralizada, refere-se à possibilidade de realização do progresso da humanidade e do dever moral de promovê-lo no tempo histórico.⁵² Com efeito, as razões heurísticas e reguladoras por si próprias não proporcionam qualquer garantia teórica consistente, tampouco provas empíricas legítimas, para suportar as esperanças humanas de concretização de um projeto de paz perpétua de uma sociedade mundial, o que leva Kant a recorrer ao dever moral de promover e esperar a efetivação deste fim⁵³, sendo que já no “Cânone da razão pura” ele afirma que “A razão pura contém [...], não no seu uso especulativo, mas num certo uso prático, a saber, o uso moral, princípios da *possibilidade da experiência*, isto é, ações que, de acordo com os princípios morais, poderiam ser encontradas na *história* do homem”⁵⁴.

Este problema é retomado por Kant em 1793, na obra *Sobre a expressão corrente*, quando, em polêmica havida com Moses Mendelssohn, ele advoga que não se pode provar teoricamente nem a possibilidade tampouco a impossibilidade do progresso humano para melhor e que, por conseguinte, é dever inato atuar sobre a série das gerações de modo que ela sempre progrida para melhor, uma vez que, enquanto não for possível comprovar a inexistência de progresso para melhor, não se deve trocar o dever de efetivá-lo pela regra de prudência que, apenas hipoteticamente, indica a sua irrealizabilidade, pois esta “não pode [...] causar dano à máxima, por conseguinte, também não ao pressuposto necessário da mesma numa intenção prática de que ele [o progresso] é factível”⁵⁵.

49 Apenas para esclarecer um assunto que será tratado em outra oportunidade, concordamos com Pauline Kleingeld que o fim último da história não é a instituição de uma constituição perfeita e de um estado cosmopolita, mas o desenvolvimento completo das disposições naturais da humanidade que culmina com a sua moralização. KLEINGELD, P. apud LOUDEN. *Kant's Impure Ethics: from rational beings to human beings*, p. 146

50 Cf. KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp.21-22

51 Cf. KANT. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p.12.

52 Cf. HAMM. *Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história de Kant*, p. 79

53 Cf. WOOD. “Kant's philosophy of history” pp. 257-258

54 KANT. *Crítica da razão pura*, p. 641

55 Cf. KANT. “Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática” In: *A paz perpétua e outros opúsculos*, pp. 103-104.

De fato, a possibilidade ou impossibilidade de um efetivo progresso histórico da espécie humana, baseado no dever moral de promovê-lo na realidade sensível, é algo que não se pode provar teoricamente quer de forma analítica quer de modo empírico. Ao considerar o âmbito analítico, Kant mostra na primeira Crítica – mais propriamente na terceira antinomia da razão pura – que é impossível discernir teoricamente sobre a existência ou inexistência de uma causalidade pela liberdade no curso do mundo e, conseqüentemente, a respeito do dever de realizar o progresso no mundo fático. Por outro lado, ao examinar a perspectiva empírica, Kant argumenta que, se em relação às questões pragmáticas e técnicas, os fracassos nas tentativas de sua efetivação não legitimam a renúncia aos seus propósitos específicos, muito menos legítimável é a renúncia a um propósito moral que – se não restar demonstrada a impossibilidade da sua realização – caracteriza-se como um dever⁵⁶.

Apesar de Kant não manifestar explicitamente a razão pela qual o dever exige a possibilidade de sua efetivação na realidade sensível, é possível verificar que o dever, sem a possibilidade da sua realização, não pode existir, uma vez que a intenção moral somente pode produzir seus efeitos no mundo sensível se puder compreendê-lo como sensato e puder compreender-se como factível. Ora, se o dever não pudesse observar-se como algo possível, como algo a ser realizado no mundo histórico, e se o tempo histórico não pudesse ser compreendido de forma inteligível como uma unidade sistemática, só haveria espaço para a causalidade própria do mundo natural, o que impossibilitaria a crença em um propósito para o curso do mundo e a compreensão do dever como algo pleno de sentido⁵⁷. Como diz Kant, a espécie humana seria compelida a reconhecer-se como uma espécie corrompida e a desacreditar-se como capaz de progredir para melhor “se não admitirmos que os princípios puros do direito têm realidade objetiva, isto é, podem levar-se a cabo [...], seja qual for a objecção em contrário que a política empírica possa levantar”⁵⁸. Na hipótese de um cenário pessimista com tal, pode-se afirmar, com Weil, que “o indivíduo finito, em seu ser empírico, não encontraria mais qualquer motivo para trabalhar para o progresso moral dos homens”, o que impõe, portanto, o dever de “discernir um progresso da humanidade”⁵⁹.

Por outro lado, não obstante Kant rebata, mediante um argumento negativo, as críticas pessimistas dos céticos, no que diz respeito à impossibilidade de provar-se de maneira

56 Cf. KANT, “Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática” p. 103-104.

57 Cf. HERRERO. *Religião e história em Kant*, p. 111. Nesse sentido, Gilles Deleuze esclarece que “o mundo supra-sensível deve, de certa maneira, ser unido ao sensível: o conceito de liberdade deve realizar no mundo sensível o fim imposto pela sua lei [...] A efetuação da liberdade [...] no mundo sensível implica, pois, uma actividade sintética original do homem: a História é esta efectuação [...]” (DELEUZE. *A filosofia crítica de Kant*, pp. 100-101).

58 KANT. *A paz perpétua*, p. 177.

59 WEIL. *Problemas kantianos*, p. 110.

a posteriori o dever moral de promover o progresso humano no mundo sensível, o próprio Kant, já a partir de *Ideia*, procura apresentar “débeis indícios” empíricos “de sua aproximação” que, semelhantes àqueles baseados no “fundamento geral da constituição sistemática da estrutura do universo” e também “no pouco que [já] se observou”, são capazes de mostrar “com suficiente segurança a realidade de uma órbita”⁶⁰, *mutatis mutandis*, Kant procura verificar *a posteriori* a existência de indícios históricos⁶¹ que mostrem a efetivação do progresso da humanidade na história, porque o decurso do progresso parece exigir “[muito] tempo para cumprir-se”⁶².

No entanto, Kant jamais esquece que a pura experiência não pode dizer nem desdizer o progresso da humanidade, pois o fundamento deste está na liberdade, a qual de forma alguma é determinada pelas leis do mundo natural. A respeito disso, em outra analogia, Kant relata que os planetas observados da Terra oscilam constantemente sua trajetória, mas que, ao tomar-se como referência um observador alocado no Sol – abstração esta da qual só a razão é capaz –, tais planetas, conforme a teoria copernicana, apresentam um curso regular. Todavia, considerando-se o dever moral, ele afirma que a “desgraça consiste justamente em não conseguirmos colocar-nos neste ponto de vista [da Providência], quando interessa a previsão das ações livres”, pois em relação a “seres que agem livremente [...] se pode, porventura, *ditar* de antemão o que *devem* fazer, mas não *predizer* o que *farão*”⁶³.

Portanto, desde o escrito de 1784 até ao final da sua vida, em várias oportunidades Kant volta sua atenção para os fatos da história humana a fim de observar a ocorrência de indícios que funcionem como fio condutor do progresso na história e apontem para a efetivação de melhoria da humanidade. Em *Ideia* (1784) ele apresenta o indício psicológico da insociável sociabilidade, que leva o homem a viver em sociedade, e aponta para o dado sociológico da existência de melhoria da constituição estatal da sua nação quando em comparação com outras constituições de outras partes do mundo.⁶⁴ Em *Sobre a expressão corrente* (1793) Kant dá os indícios da violência unilateral e da miséria dela decorrente, bem como o fato relativo aos problemas advindos dos altos e progressivos custos de guerra e das dívidas

60 KANT. “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita”. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 33. Na tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R.Terra a expressão “schwachen Spuren” é traduzida por “leve sinal”. Para os fins da nossa argumentação, utilizaremos a expressão “débeis indícios”, conforme a tradução de Artur Morão.

61 Um pouco mais à frente veremos que Kant, na obra *O conflito das faculdades*, faz referência à possibilidade de encontrarem-se determinados acontecimentos históricos que assumam a forma de um sinal histórico (signum rememorativum, demonstrativum, prognosticon) da tendência do gênero humano ao progresso para melhor. KANT. *O conflito das faculdades*, p. 101.

62 KANT. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, p. 17.

63 KANT. *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993, pp. 99-100.

64Cf. KANT. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, pp. 8 e 21.

públicas que, devido ao seu efeito auto-aniquilador, levam o povo, que paga os tributos, a decidir por não haver mais guerra⁶⁵. Em *A paz perpétua* (1795) ele tem como indícios antropológicos e sociais do progresso as tendências humanas egoístas, a discórdia natural entre os homens, a guerra que os obrigou a instituir relações legais entre si e o tráfico comercial entre os diversos povos⁶⁶. Já em *O conflito das faculdades* (1798), segundo Christian Hamm, Kant muda de forma considerável seus argumentos e intenções, sem, contudo, mudar as suas bases, a fim de destacar a figura do homem como agente autônomo da história, a relevância da ideia do direito e papel da autodeterminação jurídica para a realização de qualquer progresso histórico da humanidade⁶⁷.

Com efeito, nesse escrito de 1798, a emblemática figura do adivinhador, que é usada logo no início da resposta à pergunta *Como é que tal se pode saber?* (sobre se o gênero humano está em constante progresso para o melhor), não aparece somente com o intuito de ironizar e criticar *ad hominem* o adversário dogmático com o qual Kant se embate no texto. O recurso discursivo do adivinhador, que outra coisa não faz senão ludibriar seus espectadores, mediante o prévio e minucioso planejamento de todas as etapas mecânicas que compõe o seu número, tem a função precípua de indicar como é possível uma história *a priori*: “Mas como é possível uma história *a priori*? – Resposta: Se o próprio adivinho *faz* e organiza os eventos que previamente anuncia”⁶⁸. Com isso, Kant altera a tônica do seu raciocínio argumentativo, agora não mais para verificar os “débeis indícios” históricos do progresso humano, mas, sobretudo, para encontrar *indícios fenomênicos fortes*⁶⁹ (“provas” ou “sinais históricos”) que, por sua própria natureza, reúnam em si elementos *a priori* e *a posteriori*, ou seja, que apresentem, ao mesmo tempo, uma ideia heurístico-reguladora e a sua efetivação parcial ou total no mundo histórico. São “causas” inteligíveis que produzem “efeitos” na experiência na forma daquilo que Kant chama de *sinais históricos*. Todavia, Kant esclarece que um fenômeno de tal natureza deve ter uma participação “universal” e “desinteressada” de todos os jogadores⁷⁰, ou seja, deve ter em si estas duas características da ideia moral que deve ser efetivada na experiência.

65 Cf. KANT. “Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática”, pp. 106-107.

66 Cf. KANT. “A paz perpétua”, pp. 151, 154, 156 e 158.

67 HAMM. “Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história de Kant”, p. 84

68 KANT. *O conflito das faculdades*, p. 96.

69 Para caracterizar estes fenômenos *sui generis*, preferiu-se adotar a expressão indícios fenomênicos fortes – ao invés de considerar a letra do texto kantiano que se refere a eles com os termos prova ou sinal histórico – em contraste à expressão “débeis indícios” (indícios fenomênicos fracos) utilizado por Kant na Ideia de uma história universal. Esta opção interpretativa advém da leitura de Christian Hamm que mostra que mesmo os sinais históricos não têm a aptidão de comprovar o progresso histórico, mas, quando muito, a disposição moral da humanidade que, por sua vez, é somente um pressuposto para a promoção do progresso para melhor. HAMM, “Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história de Kant”, p. 84

70 KANT. *O conflito das faculdades*, pp. 100 e 101.

Conseqüentemente, isso obriga Kant a descobrir e a indicar a ideia moral que contenha em si estes dois elementos e o seu correlato fenomênico que *prove* a sua realização empírica mesmo que parcial. Nessa senda, Herrero explica que Kant encontra na ideia do estado de direito a “causa *a priori*” dos *sinais históricos* da efetivação do progresso humano, porque ela

é universal, pois decorre da lei moral e é desinteressada, porque é moral. Assim, à medida que um fenômeno histórico participa desses dois elementos [universalidade e desinteresse], pode-se ver nele a realização parcial ou total da idéia. E a presença dessa realização já é um progresso e ao mesmo tempo a causa de um progresso posterior, no futuro, porque a causa já está aí, agindo no mundo⁷¹.

Se Kant já tem a ideia moral apropriada, para compor aqueles fenômenos *sui generis* “sinalizadores” da ocorrência do progresso da humanidade, falta-lhe, porém, encontrar, no “agregado sem plano” da história humana, os fatos adequados que, em síntese com a ideia do estado de direito, sirvam de *sinais históricos* – ou, como prefiro, de *indícios fenomênicos fortes* – “demonstrativos” da “tendência do gênero humano”, visto em seu todo, de progredir para o melhor⁷². Diante dessa tarefa, o momento histórico de Kant o leva a identificar dois fatos capazes de serem alçados à categoria de *sinais históricos* do progresso: o primeiro, um fato que já havia sido identificado em *Ideia*, é a constatação do melhoramento das constituições civis em direção ao ideal de constituição republicana; o segundo é o surgimento, com a Revolução Francesa, de um particular “modo de pensar” de um povo que a si mesmo se dá uma constituição civil.

Esses dois indícios fortes “demonstram” que a espécie humana, considerada em seu todo, e não segundo os indivíduos, tende ao progresso para melhor, não como uma previsão certa e determinada, mas na forma de um cálculo probabilístico e de modo indeterminado quanto ao tempo, pois, conforme já explicitado, a desventura da espécie humana é não conseguir prever as ações livres dos seus próprios membros. Segundo Kant, apesar da sua total rejeição ao direito de resistência e revolução dos cidadãos, o “modo de pensar” amplamente participativo dos revolucionários franceses, com todos os perigos que lhe era inerente, “demonstra”, o caráter moral, a disposição moral do gênero humano de progredir para melhor mediante o reconhecimento – embora nada ideal em razão da *paixão* e do *entusiasmo* envolvidos – do direito de dar a si mesmo o seu próprio estatuto máximo na forma

71 HERRERO. *Religião e história em Kant*, p. 139.

72 KANT. *O conflito das faculdades*, p. 101.

que melhor lhe aprouver, o qual somente será de fato legítimo e moralmente bom (ideal de constituição republicana) se tiver como fim (que ao mesmo tempo é um dever) evitar a guerra e, conseqüentemente, assegurar de forma negativa à espécie humana o progresso para melhor ou, pelo menos, não perturbar a sua progressão⁷³.

Considerações finais

Não se pode negar que em comparação às ideias de progresso da humanidade propostas pelos seus contemporâneos, a ideia de progresso histórico de Kant é mais modesta – e, talvez, por isso mesmo, mais fácil de ser aceita pelos sujeitos racionais –, na medida em que tenta encontrar elementos empíricos, seja na forma de “débeis indícios” ou de “sinais históricos”, para guiar o progresso humano rumo à efetivação de todas as suas disposições naturais. Por outro lado, pode-se dizer, como o faz Wood, que a ideia kantiana de progresso histórico contém aspectos bem ousados que, certamente, podem inervar os empiristas tradicionais. De fato, os fenômenos históricos utilizados por Kant para representar os indícios ou sinais históricos do progresso humano para melhor podem sofrer interpretações históricas, sociológicas e políticas diferentes e melhores do que aquelas empreendidas por Kant. Também, a compreensão universalizada e desinteressada de tais eventos na forma de sinais históricos – que tem por base sua teoria moral – pode dar uma aparência extravagante e especulativa ao seu ideal de progresso⁷⁴.

Apesar das dificuldades acima explicitadas, as quais, dentro do contexto da filosofia da história kantiana, são plenamente contornáveis, a confluência do interesse teórico e do interesse prático no ideal kantiano de história como progresso, com a sua matriz teleológico-regulativa, ainda pode apresentar-se como a melhor chance de tornar a história humana inteligível⁷⁵ – com uma segurança, é claro, que não é bastante para *vaticinar* o futuro, como diria Kant – e, com isso, abrir os horizontes do progresso político e moral da humanidade, dentro dos quais os objetivos e esperanças práticos de realizar uma ordem política pacífica e justa e de promover o desenvolvimento moral da espécie humana não são ideias vazias ou quiméricas e, por isso, mesmo que levem um tempo infinito para serem concretizados, transformam num dever o trabalhar em vista deles, tarefa esta que “pouco a pouco resolvida, se aproxima constantemente do seu fim (porque é de esperar que os tempos em que se produzem iguais progressos se tornem cada vez mais curtos)”⁷⁶.

73 KANT. *O conflito das faculdades*, pp. 101-103.

74 Cf. WOOD. “Kant’s philosophy of history”, pp. 258-261.

75 Nesse sentido cf. WOOD. “Kant’s philosophy of history”, p. 260.

76 KANT. “A paz perpétua”, p. 185.

The theoretical interest and the practical interest of the Kantian idea of history as progress

Abstract: The objective of this work is to understand the theoretical and practical interests of the Kantian idea of history as progress. In this step, we intend to examine how the theoretical interest of reason relates to the Kant's philosophy of history and how it differs from the theoretical interest of objective knowledge, in the form of heuristic-regulative ideas. Against those who do not admit the theoretical interests in Kant's philosophy of history, we intend to defend not only their occurrence, but also their need when taking into consideration the horizons of practical interest contained in the idea of historical progress. With that, we move on to study the convergence of theoretical and practical interests in Kantian idea of history and how Kant investigates the factual elements of the history searching some empirical engines to guide the human progress.

Key-words: Kant – philosophy of history – theoretical interest – practical interest – progress.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 2012.

HAMM, Christian. “Sobre a sistematizabilidade da filosofia da história de Kant”, IN: *Veritas*. Porto Alegre. v. 50. n. 1. Março 2005.

HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo: Loyola, 1991.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *Crítica da razão pura*. 7 ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbekian, 2010.

_____. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. “Sobre el uso de principios teleológicos en la filosofía”. In: *Logos. Anales del Seminario de Metafísica*. Vol. 37 (2004): 7-47, ISSN: 1575-6866.

KLEINGELD, Pauline (org). *“Toward perpetual peace” and other writings on politics, peace, and history*. New York: Yale University Press, 2006.

LOUDEN, Robert B. *Kant's Impure Ethics: from rational beings to human beings*. New York: Oxford University Press, 2000.

OLIVEIRA, Odete (org.). *Configuração dos humanismos e relações internacionais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

TERRA, Ricardo. *A política tensa: idéia e realidade na filosofia da história de Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

WEIL, Eric. *Problemas kantianos*. São Paulo: Realizações, 2012.